



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

**PROGRAMA CASA NOVA, VIDA NOVA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ALTO SERTÃO
SERGIPANO**

Vanilza da Costa Andrade

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Sergipe.
Grupos de Pesquisa: “Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico/PROGEO/
DGEI-UFS/ITA” e “Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos
Territoriais/GPECT/CNPq/NPGeo”.
E-mail: vanilza_geo@hotmail.com

Dr.^a Ana Rocha dos Santos

Professora do departamento de Geografia DGEI/UFS e do
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS.
Grupos de Pesquisa: “Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico/PROGEO/
DGEI-UFS/ITA” e “Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos
Territoriais/GPECT/CNPq/NPGeo”.
E-mail: ana.rochaufs@gmail.com

RESUMO

Este resumo tem como objetivo analisar a política de habitação de interesse social e suas implicações na produção do espaço no Alto Sertão Sergipano, através das duas modalidades de funcionamento – concentrada e pulverizada. Para atingir o objetivo proposto optou-se pelo método materialismo histórico e dialético, entendendo a política de habitação de interesse social em um movimento histórico (presente/passado), analisando as contradições que revelam a essência dessa política social.

Os procedimentos metodológicos foram realizados de acordo com a leitura da dialética. Assim, realizou-se pesquisa bibliográfica acerca da temática. Num segundo momento foi necessário fazer pesquisa de campo na Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), a Secretária de Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (SEIDES) e a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE) no intuito de obter informações sobre a política habitacional de Sergipe no território do Alto Sertão Sergipano e, a pesquisa de

campo foi de suma importância, pois a partir desta, foi realizada análise qualitativa através da aplicação e análise de questionários e entrevistas com os sujeitos sociais “beneficiados” pelo Programa Casa Nova, Vida Nova, como também com os gestores municipais e representantes das associações possibilitaram a análise da implantação desta política pública em Sergipe.

Neste sentido, o Estado ao intervir na questão da moradia promove as condições para a expansão do processo de acumulação do capital através de programas e políticas. Conforme afirma Silva

o Estado, na sua função de regulação social, ao intervir no mercado, visa não só tentar promover o atendimento das necessidades sociais de moradias, através dos programas públicos de habitação, como também objetiva, principalmente, fornecer as condições gerais necessárias à expansão do processo de acumulação do capital, ao mesmo tempo expandir e aprofundar as relações sociais de produção que condicionam o desenvolvimento do regime social (1987, p. 87).

O sistema capitalista é inevitavelmente alicerçado em relações desiguais, já que “[...] o sistema do capital [...] está sujeito à lei absoluta do *desenvolvimento desigual*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 114 – grifo do autor). O Estado é o agente indispensável para regular o sistema do capital, criando mecanismos para sua acumulação e expansão do sistema, pois o “[...] Estado moderno como estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da “base material” do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 119).

Desse modo, a política de habitação de interesse social de Sergipe – Programa Casa Nova, Vida Nova (PCNVN) está inserido na Nova Política de Desenvolvimento Territorial de Sergipe, desde o ano de 2007. Nesta, os lugares são transformados em territórios, passando a ser uma estratégia política e econômica na medida em que o crescimento e o fortalecimento dos processos produtivos territoriais passaram a ser responsabilidade da população local. Assim,

O desenvolvimento territorial atende a necessidade de o capitalismo abrir novos espaços/territórios para que o ciclo ininterrupto de acumulação não seja interrompido. Busca-se no local a partir da valorização cultural e das potencialidades territoriais um “desenvolvimento” equilibrado. Atualmente este é praticado através de políticas públicas, no qual “o lugar, com suas particularidades, assume a primazia no processo de territorialização do capital, via planejamento do Estado” (LIMA, 2010, p. 102), pois o planejamento do Estado passa a dotar/encontrar em cada lugar suas potencialidades, e assim preparar o terreno para a territorialização do capital.

Conceição (2005) coloca que a sociedade civil é convocada, em nome do princípio da cidadania, para assumir o dever cívico de substituição dos poderes políticos “corrompidos.”

Papel exacerbado, a partir de valores estigmatizados na responsabilidade da representação da cidadania, arregimentados nos novos pilares sociais da mediação das esferas pública e privada.

Neste sentido, o Programa Casa Nova, Vida Nova na modalidade concentrada (conjuntos habitacionais) está inserida na política de desenvolvimento territorial que reafirma a necessidade de criação de uma identidade territorial. Por esta política o que se vê é a responsabilização da população pela resolução de seus problemas,

O PCNVN previa a diminuição do déficit habitacional, seja por reposição e inadequação de moradia, ou seja, antevia que as pessoas beneficiadas por essa políticas seriam as que compõem o déficit. Entretanto em relação à inadequação de moradias isso não ocorre, pois os sujeitos passam a viver em condições que não permitem caracterizar em uma qualidade de vida da população, como também a diminuição do déficit por reposição de moradia não foi perceptível, pois a maioria das pessoas beneficiadas não são as que realmente necessitam de moradias.

A aquisição da casa através do PCNVN é feita através de uma seleção, que na maioria das vezes, o poder político local é que define as pessoas que serão beneficiadas. Neste contexto, a barganha política então é camuflada, pois as pessoas que conseguem casas são aliadas dos políticos. Entretanto pessoas que não são aliados do poder local conseguem casas do PCNVN, mas serão cobrados, em épocas eleitorais, os votos de toda a família pela casa ganhada/doada por determinado político o que comprova que há um fortalecimento das relações clientelísticas a partir de políticas públicas, alimentando as velhas/novas relações clientelísticas.

No que diz respeito à modalidade pulverizada tem destaque o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que contraditoriamente aciona um programa instituído pelo Estado para reforçar sua luta de permanência do homem no campo, em condições de nele viver e habitar. Em Sergipe o MPA atua no território do Alto Sertão Sergipano e uma das suas lutas é a Moradia Camponesa que se caracteriza pela construção de casas nas terras daqueles que fazem parte do Movimento, sem interferência política.

A moradia para o MPA é bem mais que uma casa, é o espaço de vida da família camponesa que deve promover o bem estar familiar, garantir a produção de autoconsumo e a harmonia do lugar. Para o movimento viver bem é estar em harmonia com a natureza, no qual haja flores, animais, horta etc., pois “a casa do camponês não é apenas um abrigo, é um lugar para morar e demorar. Onde temos nosso pomar, preservamos o meio ambiente, vivemos em família e em comunidade. Por isso, ter uma boa moradia camponesa é tão importante!” (PLANO CAMPONÊS, 2012, p. 23 e 24).

Na realidade estudada o PCNVN na modalidade concentrada arraiga a fragilidade dos sujeitos sociais no Território do Alto Sertão Sergipano, pois a política de desenvolvimento territorial através da habitação de interesse social tem reproduzido práticas clientelísticas,

enquanto que na modalidade pulverizada a luta por moradia camponesa do MPA é caracterizada como uma das lutas do movimento para a permanência dos camponeses no campo.

Referências

Cartilha do Programa Casa Nova, Vida Nova disponível em: <http://www.seplan.se.gov.br/externo/publicacoes/folheto%20eletronico/cartilha_casa_nova_vida_nova/cartilha.html> acessado em 10 de agosto de 2010.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Revista Scientia Plena** Vol. 1, Num. 6, 2005, p. 166 – 170.

LIMA, Lucas Gama. **Território e as políticas de (re)ordenamento territorial:** Um esboço. In. SANTOS, Ana Rocha dos; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan (orgs). Para Dialogar na Geografia. São Cristóvão: editora UFS, 2010, p. 99 – 121.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2011 – tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa.

Movimento dos Pequenos Agricultores. Disponível em <http://mpabrasil.org.br_ehttp://www.mpabrasiles.wordpress.com/>. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/bibliotecas/nossas-publicacoes/cartilha-plano-campones>> acessado em 22 de janeiro de 2013.

SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia:** a política habitacional para as de classes baixa renda de Campina Grande – PB. Rio de Janeiro: Agir – Universidade Federal da Paraíba, 1987.

Eixo Análise Regional